

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION
AFRICAIN

UNIÃO
AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone : 517 700 Fax : 517844
Website: www.africa-union.org

**CONSELHO EXECUTIVO
DÉCIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA
27 – 29 DE JANEIRO DE 2008
ADIS ABEBA, ETIOPIA**

EX.CL/389(XII)

**RELATÓRIO DA PRIMEIRA CONFERÊNCIA DA UNIÃO AFRICANA
DOS MINISTROS RESPONSÁVEIS PELOS TRANSPORTES
RODOVIÁRIOS**

INTRODUÇÃO

1. A Primeira Conferência da União Africana dos Ministros responsáveis pelo Transportes Rodoviários organizada em colaboração com o Governo da República da África do Sul foi realizada em Durban de 18 a 19 de Outubro de 2007 sob o Tema **“por transportes rodoviários de confiança, seguros e rentáveis rumo ao desenvolvimento económico e integração física de África”**. A Conferência foi antecedida por uma sessão preparatória de peritos que se realizou de 15 a 17 de Outubro de 2007.

2. Participaram na Reunião os Ministros responsáveis pelo Transportes Rodoviários e Peritos dos Estados Membros da União Africana bem como representantes das Comunidades Económicas Regionais (CERs), instituições especializadas e organizações parceiras.

3. A Conferência foi orientada pela actual Mesa da Conferência da União Africana dos Ministros responsáveis pelos Transportes que é composta da seguinte forma:

Presidente:	Congo (Região Central)
1º Vice-presidente:	Argélia (Região Norte)
1º Vice-presidente:	Djibuti (Região Oriental)
1º Vice-presidente:	África do Sul (Região Austral)
Relator:	Burquina Faso (Região Ocidental)

ASSUNTOS DEBATIDOS

4. Os Ministros debateram e fizeram várias recomendações sobre várias questões e desafios por que passa o sector dos transportes rodoviários actualmente em África. Os principais tópicos da Conferência foram os seguintes:

- Visão da União Africana sobre o desenvolvimento de infra-estruturas e dos transportes rodoviários;
- Desenvolvimento de infra-estruturas de transportes rodoviários em África;
- Harmonização e facilitação dos transportes rodoviários em África: actual situação e perspectivas;
- Segurança rodoviária, protecção do meio-ambiente e combate às doenças infecciosas (VIH/SIDA e ITSS);
- Reforço das Capacidades; e
- Financiamento do sub-sector dos transportes rodoviários em África.

RESULTADO

5. No final das suas deliberações, os Ministros adoptaram os seguintes documentos:

- Declaração de Durban sobre os Transportes Rodoviários em África; e
- Plano de Acção dos Transportes Rodoviários.

6. O documento resultante delinea toda a estratégia e as acções específicas para a abordagem dos principais desafios e acelerar o desenvolvimento das infra-estruturas serviços dos transportes rodoviários em África bem como reiterou o compromisso dos Ministros para a garantia da implementação das acções acordadas.

7. O Conselho Executivo é convidado a tomar nota do Relatório em anexo da 1ª Conferência da União Africana dos Ministros responsáveis pelos Transportes Rodoviários e a aprovar a Declaração e Plano de Acção adoptados pelos Ministros durante a Conferência.

AFRICAN UNION
الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE
UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA

P. O. Box 3243

Telephone : 517 700

Fax : 517844

website : www.africa-union.org

EX.CL/389 (XII)
Anexo I

RELATÓRIO DA REUNIÃO DE MINISTROS

PROJECTO DE RELATÓRIO DA REUNIÃO DE MINISTROS

I. INTRODUÇÃO

1. A Primeira Conferência da União Africana dos Ministros Responsáveis pelos Transportes Rodoviários teve lugar de 18 a 19 de Outubro de 2007 em Durban, República da África do Sul, no Centro de Conferência do Sibaya Lodge de Durban. O objectivo da Conferência era discutir no seu conjunto os problemas urgentes do transporte rodoviário africano e definir acções idóneas no plano continental a fim de implementar as políticas, as estratégias e os programas e os projectos de desenvolvimento do sub-sector rodoviário em África.

2. O tema geral desta primeira Conferência foi intitulado “***Para um transporte rodoviário fiável, seguro e acessível em prol do desenvolvimento económico e da integração física de África***”.

II. PARTICIPAÇÃO

3. Os vinte e sete (27) Estados-membros seguintes participaram na Conferência: África do Sul, Argélia, Angola, Burkina Faso, Burundi, Chade, Congo, Côte d'Ivoire, Djibuti, Egipto, Etiópia, Lesoto, Líbia, Malawi, Maurícias, Moçambique, Namíbia, Níger, Uganda, República Centro-africana, Ruanda, Sudão, Suazilândia, Tanzânia, Tunísia, Zâmbia e Zimbabwe.

4. As Comunidades Económicas Regionais (CERs) seguintes tomaram parte igualmente na reunião: a Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC), Comunidade Económica dos Estados da África Oriental (EAC) e a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC).

5. Participaram igualmente à Conferência as organizações regionais, continentais e internacionais seguintes: Secretariado da NEPAD, o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) a Associação das Agências Rodoviárias Nacionais da África Austral (ASANRA), o Consórcio para as Infra-estruturas em África (ICA), o Comité de Litação de Estrada Trans-sahariana (CLRT), a Solidariedade Internacional sobre os Transportes e a Pesquisa na África Sub-sahariana (SITRASS) e o Programa das Políticas de Transportes na África Sub-sahariana (SSATP).

6. A lista dos participantes figura em anexo.

III. CERIMÓNIA DE ABERTURA

7. A cerimónia de abertura foi marcada pelas alocações seguintes:

Alocução de Boas-vindas da Directora-geral do Ministério dos Transportes da República da África do Sul, Sr^a Mpumi Mpopu

8. A Directora-geral do Ministério dos Transportes da República da África do Sul, Sr^a Mpumi Mpopu, desejou as boas-vindas aos participantes à Província de Kwazulu-Natal (Durban, África do Sul) e à Primeira Conferência da União Africana dos Ministros Responsáveis pelos Transportes Rodoviários, cujo objectivo primordial era identificar soluções práticas para os desafios enfrentados pelo sub-sector dos transportes de África. Ela descreveu, em linhas gerais, uma série de questões-chave a serem abordadas pela Conferência, relacionadas com a segurança, a eficiência e a acessibilidade dos sistemas de transporte no continente.

9. A Directora-geral referiu-se também à capacidade para, em última análise, encontrar soluções para os vários factores que dificultam o desenvolvimento e a melhoria das suas infra-estruturas dos transportes, tendo em conta o seu grande volume de profissionais inteligentes e talentosos no sector. Ela concluiu exprimindo a esperança de que a Conferência resultaria numa transformação positiva dos transportes rodoviários e do sector dos transportes em África no seu conjunto.

Alocução do Director da Divisão da NEPAD e Integração Regional da UNECA, Dr. Robert Okello

10. O Director da Divisão da NEPAD e Integração Regional da Comissão Económica das Nações Unidas para a África (UNECA), Dr. Robert Okello, transmitiu à Conferência os cumprimentos do Sub-secretário Geral das Nações Unidas e Secretário Executivo da Comissão Económica para a África, Sr. Abdulie Janneh, e agradeceu o Governo da República da África do Sul pelo acolhimento desta importante Conferência. Exprimiu a sua gratidão à Comissão da União Africana por envolver a ECA na organização da Conferência.

11. O Dr. Okello chamou a atenção dos Ministros sobre os desafios da segurança rodoviária, que a Organização Mundial da Saúde (OMS) considera como o terceiro maior causador de mortes e incapacidade até 2020, depois da malária e o VIH/SIDA. Ele indicou também que os custos resultantes dos acidentes rodoviários em África perfazem cerca de 2% do PIB, que é cerca de 10 bilhões de \$EU. A esse respeito, ele evocou os compromissos assumidos pelos Ministros dos Transportes pela redução da taxa de mortes por acidentes de viação à metade até 2015, durante a sua reunião sobre o papel dos transportes no alcance dos Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento, tida lugar em Adis Abeba, Etiópia, em Abril de 2005.

12. O Director da ECA informou os participantes acerca da Conferência sobre a Segurança Rodoviária Africana organizada pela ECA e a OMS em Acra, Gana, de 5 a 8 de Fevereiro de 2007, na qual os Ministros responsáveis pelos Transportes e da Saúde, adoptaram uma Declaração comprometendo os seus países a tomarem medidas colectivas com vista a minimizar a taxa e o impacto de acidentes rodoviários, em conformidade com a meta de 2015 dos OMD. Finalmente, ele exprimiu a esperança de que as recomendações dos Ministros nesta Conferência

contribuirão significativamente para a implementação da Declaração de Acra sobre a Segurança Rodoviária em África.

Discurso do Director de Infra-estruturas do BAD, Sr. Gilbert Mbesherubusa

13. O Director de Infra-estruturas do BAD Sr. Gilbert MBESHERUBUSA sublinhou a necessidade de uma visão e estratégia comuns para o sub-sector dos transportes rodoviários, que englobe uma abordagem dos transportes multimodais, tratando de questões das cadeias logísticas ineficientes para integrar a África na economia global e reduzir a pobreza, em harmonia com os Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento (OMD).

14. Em seguida ele afirmou que é necessário que a Comissão da UA e a NEPAD acordem prioridade e harmonizem os programas relacionados com a rede rodoviária e o reforço do mecanismo de coordenação a fim de facilitar o compromisso dos parceiros de desenvolvimento e uma melhor distribuição de recursos para o desenvolvimento efectivo.

15. O Director do BAD salientou ainda a necessidade de se melhorar o clima do investimento com vista a atrair o sector privado no financiamento de estradas. A esse respeito, ele manifestou a sua confiança na prontidão dos doadores para prestarem assistência para o desenvolvimento de quadros jurídicos e regulamentares necessários para as intervenções do sector privado no sector rodoviário.

Alocação do Comissário da União Africana Responsável pelas Infra-estruturas e Energia, Dr. Bernard ZOBA

16. O Comissário Responsável pelas Infra-estruturas e Energia da União Africana, Dr. Bernard ZOBA agradeceu em primeiro lugar ao Presidente da República da África do Sul pelo seu apoio constante às actividades da União Africana e mais particularmente por ter aceite acolher a presente Conferência. Ele agradeceu igualmente ao Governo e ao Povo Sul Africano pelo acolhimento caloroso reservado a todas as delegações.

17. Em seguida, o Comissário evocou o compromisso da Comissão em conferir toda a importância às infra-estruturas e serviços de transporte para o desenvolvimento económico e social para a integração de África e no âmbito da realização dos Objectivos do Milénio do Desenvolvimento.

18. Ao relembrar a importância do sector rodoviário no desenvolvimento da economia africana, o Comissário realçou a problemática que deve constituir os principais meios de acção ao nível continental, a saber o domínio dos custos de transporte graças a uma melhor infra-estrutura rodoviária e um trânsito Inter-Estados favoráveis, uma maior atenção às questões da segurança rodoviária e da protecção do meio-ambiente. Do mesmo modo, deveria acordar-se uma grande atenção ao financiamento do sub-sector rodoviário para o qual, para além das

contribuições dos parceiros de desenvolvimento deve-se levar a cabo uma mobilização interna de fundos africanos à imagem do Fundo para o Financiamento das Infra-estruturas em África cujo lançamento teve lugar em Julho de 2007 em Acra (Gana) durante a 9ª Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo da União Africana.

Alocução do Ministro dos Transportes e da Aviação Civil da República do Congo, Presidente da Conferência dos Ministros Africanos pelos Transportes S. E. Emile OUOSSO

19. O Presidente da Conferência dos Ministros Africanos dos Transportes (CMAT), S. E. Sr. Emile OUOSSO, Ministro dos Transportes e da Aviação Civil do Congo felicitou e agradeceu ao Governo da República da África do Sul e à Comissão da União Africana pela organização desta Primeira Conferência dos Ministros Responsáveis pelo transporte rodoviário.

20. O Presidente da Conferência dos Ministros Africanos dos Transportes agradeceu igualmente aos Ministros Africanos por se terem deslocado a Durban, o que expressa o interesse que os Estados-membros da União acordam ao sub-sector rodoviário.

21. O Presidente da CMAT notou com interesse o longo processo de desenvolvimento do sub-sector que deverá inscrever-se numa medida global que interpela o nosso modo de pensamento cultural para um novo sistema. Ao inscrever assim o sector rodoviário numa dinâmica que satisfaz as necessidades económicas das nossas populações, o Ministro propôs que o desenvolvimento rodoviário integre uma nova parceria pragmática e inovadora com todos os actores interessados através da valorização dos nossos recursos naturais. Neste contexto, o papel de gestor do Estado será substituído por esse de garante da protecção dos interesses nacionais.

22. Evocando o tema geral desta Conferência, ou seja, de um transporte rodoviário fiável e abordável em prol do desenvolvimento económico e da integração física da África e notando a importância da tarefa que incumbe aos Estados Membros de alcançarem a integração do Continente, o Presidente da Conferência dos Ministros Africanos dos Transportes indicou que o domínio dos problemas enunciados, a conjugação permanente dos esforços e a contribuição através do conhecimento e da exploração assídua da experiência servirão de verdadeiros meios de acção no âmbito da realização deste objectivo.

Discurso Principal do Ministro dos Transportes da República da África do Sul, Sua Excelência Sr. Jeff RADEBE

23. Sua Excelência o Sr. Jeff Radebe, MP, Ministro dos Transportes da República da África do Sul, agradeceu à União Africana pela oportunidade concedida à República da África do Sul de acolher a Conferência e exprimiu o seu agradecimento aos Ministros africanos por honrarem o convite para participarem na Conferência. Ele disse que o pedido para acolher a Conferência foi numa altura especial em que a África do Sul avançava em direcção ao Campeonato Mundial de Futebol de 2010.

24. O Ministro realçou a necessidade de se abordar as questões da acessibilidade e mobilidade rurais, assim como os sistemas de transportes urbanos que, na sua opinião, contribuem significativamente para o funcionamento das economias africanas. Sublinhou ainda os principais desafios do sector dos transportes em África, tal como descritos durante a Conferência dos Ministros dos Transportes de Abril de 2005 sobre o “**Papel dos Transportes e os OMD**”, que incluem:

- Melhoria da ligação de África através de infra-estruturas rodoviárias;
- Elaboração de um Plano Director Continental dos Transportes Integrados;
- Implementação da Declaração Almaty sobre os Países Encravados para abordarem os seus desafios de desenvolvimento específicos; e
- Consolidação das Comunidades Económicas Regionais (CERs) para poderem implementar programas continentais e coordenar os planos e programas dos Estados Membros.

25. Ele prosseguiu fazendo uma análise geral das principais actividades no sector dos transportes, levadas a cabo no quadro do Plano de Acção a longo prazo da NEPAD (I-STAP), sob os auspícios da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC). As mesmas incluem os vários programas de desenvolvimento de corredores e a recém-iniciada elaboração de um plano mestre de infra-estruturas regionais, que está em harmonia com o processo do plano director da União Africana.

IV) ELEIÇÃO DA MESA

26. A Mesa da Conferência dos Ministros Africanos dos Transportes criada em Abril de 2006 em Brazzaville, República do Congo, conduziu os trabalhos desta Conferência. A mesma compõe-se tal como segue:

Presidente	:	República do Congo (África Central)
1º Vice-presidente	:	Argélia (África do Norte)
2º Vice-presidente	:	Djibuti (África Oriental)
3º Vice-presidente	:	África do Sul (África Austral)
Relator	:	Burkina Faso (África Ocidental)

V) PROJECTO DE AGENDA

27. O Projecto da Agenda foi adoptado tal como segue.

I) CERIMÓNIA DE ABERTURA

II) QUESTÕES DE PROCEDIMENTOS

1. Apresentação da Mesa
2. Adopção da Agenda e do Programa de Trabalho

III) SESSÕES DE TRABALHO

1. Análise do Relatório da Reunião dos Peritos
2. Análise e adopção do Plano de Acção
3. Análise e adopção da Declaração Ministerial sobre o Transporte Rodoviário
4. Diversos
5. Análise e adopção do Relatório da reunião dos Ministros
6. Comunicado Final
7. Moção de Agradecimento

IV) ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

VI. SESSÕES DE TRABALHO

1. Análise do Relatório da Reunião dos Peritos

28. O relatório da reunião dos Peritos foi apresentado aos Ministros que o analisaram e adoptaram as recomendações sobre os diferentes temas abordados.

a) Visão da União Africana em matéria de desenvolvimento das infra-estruturas rodoviárias

29. O transporte rodoviário é o principal modo de transporte em meio rural e urbano (80 a 90%) das necessidades de deslocações. Pelas suas potencialidades este modo de transporte constitui um grande contributo para a concretização dos Objectivos do Milénio do Desenvolvimento.

30. Os Ministros tomaram nota sobre as orientações da visão da União Africana e do seu Programa NEPAD cujas actividades prioritárias tratam sobre a elaboração das políticas e da harmonização dos quadros regulamentares em transporte; a elaboração de um Plano Director continental integrado dos transportes; e o apoio à realização concreta de alguns projectos estruturados capazes de mudar a face de África e acelerar a integração do Continente.

31. Contudo, eles constataram as numerosas lacunas que existem no sistema dos transportes rodoviários em África tanto ao nível das infra-estruturas como os serviços.

32. Tomando a medida do impacto negativo que as deficiências do sistema dos transportes rodoviários sobre as economias africanas particularmente sobre o desenvolvimento dos Estados sem saída para o mar, os Ministros preconizaram as medidas que se inscrevem na Visão da União Africana em matéria de desenvolvimento das infra-estruturas e dos serviços rodoviários. Trata-se de:

- Alargar a Visão da União Africana sobre as preocupações dos Estados e das CERs com vista a obter o seu apoio;
- Evidenciar o papel primordial das CERs e dos Estados na implementação dos programas e da Visão da União Africana;
- Necessidade de acordar prioridade às questões relativas às questões relativas às vias de acesso ao meio rural, dos países sem acesso ao mar, do VIH/SIDA, preocupações ambientais, a utilização das energias renováveis incluindo os biocarbonetos;
- Acordar mais prioridade às iniciativas de mobilização dos próprios recursos a África, nomeadamente através da promoção e do apoio do Fundo Pan-africano para o Desenvolvimento das Infra-estruturas recentemente criados;
- Envidar esforços suplementares para mobilizar recursos necessários junto ao sector privado e da diáspora, os recursos necessários para o financiamento dos projectos das infra-estruturas rodoviárias;
- Exploração das vias e meios susceptíveis de facilitar o apoio às instituições especializadas a fim de reforçar as suas capacidades e de permitir-lhes desempenhar um papel que lhes foi incumbido na Visão e no plano estratégico da União Africana;

- Prioridade à manutenção de estradas no quadro do desenvolvimento das infra-estruturas;
- Harmonização das normas em matéria de infra-estruturas rodoviárias tendo em conta a situação económica e a capacidade dos Estados Africanos em implementação;
- Criação de um processo de planificação implicando a fixação de objectivos específicos, a determinação dos recursos necessários e a elaboração de um plano de implementação detalhado;
- Fornecer aos Estados e às Regiões as directrizes que lhes permitem reforçar a integração regional e facilitar a livre circulação de pessoas e bens no quadro do Plano Estratégico “Unir África”;
- Análise da questão da harmonização das normas entre as regiões o mais breve possível.

b) O Desenvolvimento das infra-estruturas rodoviárias em África

33. Os Ministros tomaram nota sobre a situação global da infra-estruturas e dos serviços dos transportes rodoviários em África bem como dos diferentes programas de desenvolvimento e de financiamento deste sub-sector dos transportes.

34. Sobre esta questão, foi salientada que a rede rodoviária africana é insuficiente, com fraca interligação, mal conservada e sujeita a uma degradação rápida que resulta da sobrecarga sistemática e da falta de manutenção. Outras deficiências tratam da diversidade das normas e padrões das taxas elevadas de acidente de aviação; a existência das barreiras multiformes de tráfego que compromete os custos de importação e a quantidade das exportações.

35. À luz dos problemas levantados os Ministros formularam as recomendações seguintes:

- A criação de um mecanismo de coordenação de alto nível no seio das CERs e dos Estados-membros;
- O acompanhamento das iniciativas regionais da União Africana/NEPAD relativa ao programa de desenvolvimento espacial integrado;
- O respeito das prioridades do NEPAD;
- Prioridade para os investimentos do sub-sector rodoviário;
- Encorajamento da parceria público-privada através da criação de um instrumento jurídico adequado e atractivo;

- Estabelecimento das normas comuns de segurança e de protecção;
- Harmonização das normas, procedimentos e regulamento em matéria de transporte rodoviário; e
- Criação de uma base de dados sobre o transporte rodoviário ao nível continental;

c) Harmonização e a facilitação do transporte rodoviário em África

36. O transporte rodoviário em África enfrenta dois obstáculos principais nomeadamente o estado de infra-estrutura e as condições de circulação sobre os eixos rodoviários inter-Estados. No que respeita o último obstáculo, a constatação geral demonstrou:

- As formalidades constrangedoras do trânsito rodoviário inter-Estados;
- Multiplicidade e complexidade dos procedimentos administrativos em relação a travessia das fronteiras (procedimentos aduaneiros, policiais);
- O fraco nível da implementação das convenções internacionais e dos tratados regionais relativos a facilitação do transporte rodoviário

37. Esta situação traduz-se por custos de transporte elevados e um aumento dos preços dos produtos de importação e de exportação dos Estados Africanos, em particular àqueles sem acesso ao mar.

38. Para o efeito, os Ministros recomendaram:

- Tomada em conta das diferentes iniciativas de facilitação tomadas ao nível de algumas CERs para a harmonização e a racionalização dos procedimentos;
- A implementação pelos Estados-membros, das disposições legislativas e regulamentares apropriadas (construção de postos justapostos, campanhas de informação e de sensibilização...) implicando todas as partes interessadas (organizações regionais, sociedade civil...), a fim de suscitar alerta constante do público para a problemática da facilitação dos transportes e do trânsito rodoviário em África;

d) A segurança rodoviária, a protecção do meio-ambiente e a luta contra as doenças infecciosas (VIH/SIDA e IST)

39. Os Ministros reconheceram uma série de factores que contribuíram para a ineficiência da segurança nas rodovias africanas. Dentre os factores, figuram as

condições das estradas e dos veículos, os factores humanos, incluindo motoristas e outros utentes de estradas, a elaboração de regulamentos e o seu cumprimento.

40. No que se refere à harmonização dos sinais e demarcação de estradas, os Ministros reconheceram os elementos definidos pelos peritos, que podem melhorar a segurança das estradas africanas, a saber:

- Características e condições das estradas;
- Características técnicas;
- Equipamentos de segurança;
- Regulamentos do tráfego; e
- Características dos veículos.

41. Por outro lado, o estabelecimento de regras de trânsito, tais como as regras dos sinais e sinalizações do tráfego rodoviário, baseadas na harmonização das regras do tráfego rodoviário, é de importância capital. Foi manifestada preocupação em relação à lentidão na ratificação pelos Estados Membros. Para o efeito, foram exortados a ratificação dos instrumentos jurídicos internacionais pelos Estados Membros, por forma a poderem adoptar e implementar leis e regulamentos nacionais apropriados.

42. Isso irá também permitir o estabelecimento de quadros institucionais apropriados, envolvendo todos os actores nacionais concernentes, tais como o Parlamento, o Ministério da Saúde Pública, o Ministério dos Transportes, o Ministério do Interior e órgãos deliberativos.

43. A importância de se levar a cabo actividades sócio-económicas, sem pôr de lado a necessidade da protecção do ambiente, foi reconhecida pelos Ministros. Dever-se-á também considerar melhores práticas nos domínios social, económico e ecológico no desenvolvimento de infra-estruturas rodoviárias.

44. As questões relacionadas com a protecção do ambiente constituem desafios que merecem devida prioridade. Nesse contexto, devem ser tomadas medidas específicas e gerais, incluindo a disseminação das melhores práticas, por forma a reduzir o impacto negativo das estruturas rodoviárias sobre o ambiente.

45. Os Ministros notaram a falta de tomada em conta das questões ligadas a protecção das doenças infecciosas (VIH-SIDA e IST).

46. Os Ministros adoptaram as recomendações seguintes:

- A necessidade de uma harmonização do sistema de sinalização rodoviária ao nível regional;
- A elaboração dos planos de acção ao nível nacional pelos Estados que permitam criar quadros institucionais apropriados para a

execução da lei bem como um quadro para a protecção do meio-ambiente;

- A sensibilização das populações sobre as questões de segurança rodoviária pelos Estados;
- A criação de base de dados apropriados para permitir aos Estados de determinarem as prioridades em matéria de reforço de capacidade, de financiamento das infra-estruturas, da formação, da concepção de construção, de manutenção, e de divulgação das melhores práticas à intenção dos utentes;
- A introdução das normas e das práticas recomendadas na indústria dos transportes rodoviários como em outros modos de transportes;
- Incluir em todos os programas rodoviários uma sessão específica de luta contra o VID/SIDA e as outras doenças infecciosas;
- Disseminação de boas prática de luta contra o VIH/SIDA e os IST;
- Sensibilização dos utentes de estradas aráveis de informação e educação para uma mudança de comportamentos.

e) Reforço das capacidades

47. No que respeita a questão do reforço de capacidades os Ministros realçaram a importância dos recursos humanos no desenvolvimento das infra-estruturas dos serviços de transporte rodoviário em África.

48. Do mesmo modo ele salienta que os esforços envidados por algumas associações e redes internacionais em matéria de pesquisa, de desenvolvimento e de formação são apreciáveis

49. Contudo, a análise desta questão demonstrou a existência de algumas insuficiências que se resumem tal como segue:

- Falta de coordenação nos programas de formação;
- Fraca participação da mulher nestes programas,
- Ausência de troca de experiência entre os estados e as regiões africanas;
- Fraca participação do sector privado no reforço de capacidades;
- Falta de interesse acordado a pesquisa no domínio de transporte rodoviário.

50. Para o efeito os Ministros recomendaram:

- Promoção da formação dos jovens;
- Acesso da mulher à formação;
- Encorajamento da parceria público-privada para a implementação dos programas de formação comunitária;
- Harmonização dos programas de formação ao nível continental;
- Trocas de experiência entre os Estados-membros da União Africana e com outras regiões a fim de beneficiar da transparência das tecnologias;
- Aperfeiçoar programas de formação a fim de responder aos padrões internacionais de qualidade;
- introdução dos módulos relacionados com a protecção do meio-ambiente, ao nível dos programas de formação;
- consideração das normas regionais pelas instituições financeiras internacionais.

f) Financiamento do sub-sector rodoviário em África

51. Os Ministros consideraram as questões relacionadas com a necessidade de se encontrar mecanismos de financiamento sustentáveis para as infra-estruturas rodoviárias. Eles indicaram, particularmente, os seguintes elementos importantes:

- Grandes lacunas financeiras para as infra-estruturas rodoviárias resultantes de fundos inadequados concedidos pelos governos, doadores e o sector privado;
- Procedimentos difíceis para o acesso a fundos de doadores para projectos de estradas;
- Dificuldades enfrentadas pelos Estados Membros na preparação de projectos rodoviários bancáveis;
- Baixa capacidade de consumo para fundos de desenvolvimento infra-estrutural disponíveis;
- Dependência excessiva nas taxas de combustíveis como uma fonte de receitas para os fundos de estradas;

- Necessidade de exploração de mecanismos financeiros novos e sustentáveis para o financiamento de projectos de estradas;
- Ausência de um clima apropriado de investimento para atrair investimentos no desenvolvimento, reabilitação e manutenção de infra-estruturas rodoviárias.

52. Os Ministros salientaram também os progressos feitos no estabelecimento dos fundos de estradas de segunda geração e as agências autónomas de estradas, bem como as várias propostas para fontes de fundos para infra-estruturas rodoviárias.

53. Para a abordagem das falhas e constrangimentos identificados no financiamento de infra-estruturas rodoviárias, os Ministros adoptaram as seguintes recomendações:

- Criação de um meio-ambiente estável para o financiamento das infra-estruturas rodoviárias;
- Reforço da mobilização dos próprios recursos africanos;
- Reforço das capacidades dos Estados-membros para melhorar a absorção dos imensos recursos postos à sua disposição;
- Reforço do mecanismo de coordenação das diferentes parcerias implicadas no desenvolvimento das infra-estruturas em África;
- Simplificação dos procedimentos de pedido de fundos junto aos doadores;
- Consolidação dos fundos rodoviários de segunda geração e criação de estruturas autónomas de gestão rodoviária.

2. Análise e adopção d Plano de Acção

54. Os Ministros analisaram, emendaram e adoptaram o Projecto do Plano de Acção submetido pelos Peritos.

3. Análise e adopção da Declaração Ministerial sobre o transporte rodoviário

55. Os Ministros analisaram, emendaram e adoptaram o projecto de Declaração submetido pelos Peritos.

4. Diversos

56. Não consta nenhuma questão inscrita neste ponto.

5. Análise e adoção do relatório da reunião dos Ministros

57. Os Ministros analisaram e adoptaram o relatório da sua reunião com emendas.

6. Comunicado Final

58. Os Ministros adoptaram um Comunicado Final resumindo as principais conclusões das suas deliberações para o desenvolvimento de uma verdadeira indústria do transporte rodoviário em África.

7. Moção de Agradecimento

59. Os Ministros adoptaram uma moção de agradecimento ao Presidente da República da África do Sul, S. E. Sr. Thabo MBEKI, ao Governo e ao Povo da África do Sul pelo acolhimento caloroso e fraterno bem como pelas excelentes disposições tomadas para permitir a todas as delegações que tomaram parte na Conferência Ministerial de usufruir de uma estadia agradável e frutuosa em Durban.

VII. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO DOS MINISTROS

60. A Conferência foi encerrada por S. E. Sr. Mohammed Maghlaoui, Ministro dos Transportes da República Argelina Democrática e Popular, Presidente Interino da Conferência dos Ministros dos Transportes. Ele agradeceu aos delegados pela sua contribuição de qualidade assim como pela sua boa colaboração que permitiu o bom desenrolar dos trabalhos. Por outro lado ele expressou o seu profundo reconhecimento ao Governo da República da África do Sul pelo o acolhimento caloroso reservada as delegações, assim como pela boa organização da Conferência.

AFRICAN UNION
الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE
UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA

P. O. Box 3243

Telephone : 517 700

Fax : 517844

website : www.africa-union.org

EX.CL/389 (XII)
Anexo II

DECLARAÇÃO DE DURBAN

**DECLARAÇÃO DE DURBAN “POR UM SISTEMA DE TRANSPORTES
RODOVIÁRIOS FIÁVEL SEGURO E ACESSÍVEL EM PROL DO
DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E DA INTEGRAÇÃO FÍSICA DE
ÁFRICA”, ADOPTADA PELA PRIMEIRA CONFERÊNCIA DOS MINISTROS
AFRICANOS RESPONSÁVEIS PELOS TRANSPORTES RODOVIÁRIOS**

Nós, Ministros Africanos responsáveis pelos Transportes Rodoviários, reunidos de 18 a 19 de Outubro de 2007, em Durban, República da África do Sul, por ocasião da Primeira Conferência organizada pela União Africana a fim de analisar as condições necessárias para um sistema de transportes rodoviários fiável seguro e acessível, em prol do desenvolvimento económico e da integração de África;

Visto o Acto Constitutivo da União Africana, adoptado em Lomé, Togo, a 11 de Julho de 2000, nomeadamente os seus Artigos 14; 15 e 16, que conferem à Comissão da União Africana as missões de coordenação nos sectores dos Transportes, Comunicações e Turismo;

Visto o Tratado de criação da Comunidade Económica Africana, assinado em Abuja, (Nigéria), em Julho de 1991;

Considerando a Decisão da Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo, realizada em Julho de 2001, em Lusaka (Zâmbia), relativa à criação da Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD) como quadro para o desenvolvimento de África;

Considerando a Decisão dos Chefes de Estado e de Governo da União Africana, reunidos em Julho de 2005, em Sirte (Líbia), de incluir, no quadro dos Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento (OMD), as metas e os indicadores dos transportes, adoptados em Abril de 2005, em Adis Abeba (Etiópia), pelos Ministros Africanos responsáveis pelos Transportes e Infra-estruturas, no âmbito da luta contra a pobreza;

Considerando os desafios decorrentes da globalização da economia e da necessidade de África implementar de uma forma completa e efectiva, o Programa de Acção de Almaty, (Kazaquistão), de 2003 – programa das Nações Unidas sobre a cooperação em matéria de transporte em regime de trânsito;

Considerando a importância e o papel das infra-estruturas e dos serviços dos transportes no desenvolvimento político, económico e social assim como para a integração de África e a participação significativa do Continente na globalização;

Considerando a necessidade de África dispor de uma política sectorial dos transportes, capaz de assegurar o funcionamento harmonioso de todos os modos de transporte;

Conscientes do papel fundamental desempenhado pelos transportes rodoviários na mobilidade diária de pessoas e o transporte de mercadorias, o desenvolvimento das trocas comerciais intra-africanas e com outras regiões do mundo;

Saudando as diferentes iniciativas novas dos Parceiros de Desenvolvimento sobre as infra-estruturas em África, designadamente:

- O consórcio de Infra-estruturas em África, iniciado pelo Reino Unido, com o envolvimento dos países membros do G8, os Parceiros de Desenvolvimento bilateral e multilateral, a União Africana, Secretariado da NEPAD e as Comunidades Económicas Regionais;
- A parceria União Europeia - África na área de infra-estruturas, lançada pela União Europeia no quadro da sua Nova Estratégia para África, tendo em vista facilitar a interconectividade das redes de infra-estruturas ao nível continental;

Notando as iniciativas corajosas empreendidas por algumas Comunidades Económicas Regionais no quadro da fluidez da circulação rodoviária entre os Estados Membros, através de diferentes programas de facilitação, contribuindo deste modo para a realização da integração física das suas Regiões;

Preocupados:

1. Pelo fraco nível de desenvolvimento de infra-estruturas rodoviárias em África;
2. Pelas dificuldades de exploração da actividade dos transportes rodoviários em várias regiões do Continente, pondo em causa o desempenho técnico e económico deste sector;
3. Pelas formalidades constrangedoras do trânsito rodoviário inter-Estados em África, muito em particular a multiplicidade e a complexidade dos procedimentos administrativos de travessia de fronteiras (procedimentos aduaneiros, policiais, etc.);
4. O aumento do número de acidentes de viação e o impacto negativo sobre o plano social e económico;
5. A diversidade das normas, padrões e quadros regulamentares no sub-sector do transporte rodoviário;
6. O fraco nível de implementação das Convenções Internacionais e dos tratados regionais relativos à Facilitação dos Transportes;

7. Os fracos recursos atribuídos a manutenção de estradas.
8. A necessidade de:
 - Assegurar uma maior coordenação de políticas e regulamentos em matéria de desenvolvimento de infra-estruturas e dos transportes rodoviários bem como da segurança rodoviária;
 - Facilitar, através do desenvolvimento de um sistema de transportes rodoviários fiável e acessível, a integração física do Continente, as trocas comerciais intra-africanas e melhorar o acesso dos Estados africanos encravados no Quadro do Programa de Acção de Almaty;
 - Tomar iniciativas firmes de acelerar a facilitação da circulação do transporte e do trânsito rodoviário inter-Estados em África; e
 - Assegurar a livre circulação de pessoas e bens;
 - Desenvolver um quadro institucional eficaz para o financiamento e a gestão de infra-estruturas rodoviárias;
 - Desenvolver um verdadeiro profissionalismo dos transportes rodoviários em África, graças a uma melhor gestão dos recursos humanos, e nomeadamente através de reforço contínuo de capacidades e do equilíbrio do género adaptados ao nível deste importante sub-sector dos transportes ;
 - Garantir a segurança rodoviária e a protecção do meio ambiente em todas as iniciativas de desenvolvimento e exploração de infra-estruturas rodoviárias;
 - Reduzir o impacto do custo elevado do transporte sobre a competitividade de África.

Recordamos:

1. O papel de liderança, coordenação, harmonização, facilitação e de defesa incumbida à Comissão da União Africana no âmbito de realização de infra-estruturas do sector dos transportes para o desenvolvimento de África;
2. A importância dos transportes rodoviários no desenvolvimento económico de África, principalmente no que toca a concretização dos OMD;
3. A necessidade de:

- Uma política continental em matéria de desenvolvimento dos transportes rodoviários; baseada na multimodalidade;
 - Um mecanismo de coordenação para o desenvolvimento de infra-estruturas rodoviárias em África, com o envolvimento de diferentes actores aos níveis continental e regional;
 - Um quadro de acompanhamento e avaliação dos progressos realizados.
4. O papel determinante das Comunidades Económicas Regionais como pilares da integração africana na implementação de programas de desenvolvimento sectorial;
 5. As missões que cabem essencialmente à União Africana, às Comunidades Económicas Regionais e dos Estados Membros na mobilização de recursos.

Reafirmamos:

1. A nossa firme vontade de conjugar os nossos esforços para o desenvolvimento sustentável de um sistema de transportes rodoviários fiável, seguro e acessível ao serviço do desenvolvimento económico, social e da integração de África;
2. A necessidade de criar uma política e uma estratégia que devem permitir uma melhor gestão e financiamento da segurança rodoviária e da protecção do meio ambiente;
3. A urgência de iniciar estratégias continentais e regionais de promoção dos transportes rodoviários como um meio de transporte incontornável na realização dos Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento.

Comprometemo-nos a:

1. Inscrever os transportes rodoviários como um dos principais modos de transporte nos nossos diferentes programas sectoriais aos níveis nacional e regional bem como nas estratégias continentais para a competitividade de África à escala mundial e para a redução da pobreza;
2. Dar prioridade aos programas rodoviários de integração, designadamente os programas inter-regionais e os que concorrem para o estabelecimento de ligação para os países sem acesso ao mar;
3. Acelerar a facilitação dos transportes rodoviários inter-Estados, através da harmonização das legislações e simplificação de procedimentos de

trânsito rodoviário para promover a eficácia e a segurança da exploração do transporte rodoviário em África;

4. Criar estruturas idóneas responsáveis, pela gestão da segurança rodoviária;
5. Dar maior prioridade à protecção do ambiente no quadro do desenvolvimento das infra-estruturas e serviços do transporte rodoviário;
6. Incluir em todos os programas rodoviários uma secção específica de combate ao VIH/SIDA e as outras doenças infecciosas;
7. Apoiar e reforçar as organizações profissionais africanas (sindicatos de transportadores rodoviários, sindicatos de condutores, etc.) para lhes permitir o pleno desempenho dos seus papéis;
8. Garantir maior mobilização ao nível continental e junto dos Parceiros de Desenvolvimento para um financiamento subsequente de projectos de desenvolvimento de infra-estruturas rodoviárias em África;
9. Criar as condições favoráveis para os investimentos privados nacionais e estrangeiros, tais como as concessões e os arranjos BOT;
10. Tomar medidas específicas com vista a assegurar o financiamento sustentável e a gestão apropriada da rede rodoviária
11. Alegar em defesa do financiamento prioritário de infra-estruturas de ligação com os países sem acesso ao mar, únicas capazes de garantir uma real integração e uma competitividade dos seus produtos nacionais nos mercados internacionais.

Decidimos:

1. Inscrever o desenvolvimento de infra-estruturas rodoviárias numa visão holística, através do Plano Director de Desenvolvimento de Infra-estruturas de Transportes ao nível continental, tendo como base as políticas e os programas das Comunidades Económicas Regionais;
2. Ratificar a Declaração de Acra sobre a segurança rodoviária, adoptada em Fevereiro de 2007;
3. Acelerar a harmonização das normas e padrões no sub-sector rodoviário;

4. Aumentar o nível de mobilização dos recursos financeiros africanos no contexto do desenvolvimento do sub-sector rodoviário;
5. Assegurar-se do profissionalismo no sub-sector dos transportes rodoviários através da criação de centros de excelência para o reforço de capacidades dos actores do transporte rodoviário;
6. Promover o acesso às profissões ligadas aos transportes rodoviários para as mulheres;
7. favorecer a sinergia entre as diferentes iniciativas de desenvolvimento de recursos humanos;
8. Promover os programas de investigação e desenvolvimento em matéria de infra-estruturas rodoviárias em África;
9. Promover o espírito de solidariedade africana, a Cooperação técnica interafricana Sul-Sul nos domínios tais como a construção e a gestão de estradas, a protecção do meio-ambiente, a protecção e a segurança rodoviárias em que alguns países africanos dispõem de grande experiência;
10. Acelerar a implementação das convenções internacionais e dos acordos regionais relativos às facilidades de transporte e de trânsito transfronteiriços

Convidamos a Comissão da União Africana a tomar todas as disposições necessárias para conduzir, sob a sua coordenação:

1. A formulação de uma política de desenvolvimento do sub-sector rodoviário nomeadamente:
 - a) o desenvolvimento de infra-estruturas dos transportes rodoviários;
 - b) a harmonização das normas e padrões de infra-estruturas rodoviárias em África;
 - c) reforço de capacidades, formação e saúde do pessoal dos transportes rodoviários;
 - d) o desenvolvimento de uma indústria sólida africana dos transportes rodoviários.
2. A aceleração das facilidades da circulação rodoviária inter-Estados em África;

3. A criação de um mecanismo de mobilização de recursos para o sector dos transportes rodoviários;
4. O estudo sobre a implementação de um quadro de concertação e de acompanhamento das actividades do sub-sector rodoviário.

Lançamos um apelo solene à Comissão Económica das Nações Unidas para África, ao Banco Africano de Desenvolvimento, ao Banco Mundial, à União Europeia, a todos os Parceiros de Desenvolvimento e a outros parceiros técnicos dos transportes rodoviários para apoiar o programa de desenvolvimento dos transportes rodoviários em África.

Exortamos:

- os Estados Membros da União Africana e as Comunidades Económicas Regionais a reforçar a cooperação inter-africana e internacional no domínio dos transportes;
- à Comissão da União Africana de submeter a presente Declaração à próxima Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da União Africana.

Adoptamos o Plano de Acção anexo à presente Declaração.

Feita em Durban, a 19 de Outubro de 2007

AFRICAN UNION
الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE
UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone : 517 700 Fax : 517844
website: www.africa-union.org

EX.CL/389 (XII)
Anexo III

PLANO DE ACÇÃO

O presente Plano de Acção, adoptado em Durban, República da África do Sul, a 19 de Outubro de 2007, pelos Ministros responsáveis pelo Transporte Rodoviário, durante a sua Primeira Conferência, organizada pela Comissão da União Africana, foi elaborado para o período de 2008 – 2010.

Este Plano de Acção, cuja meta principal é de apresentar objectivos globais, a serem atingidos no quadro da melhoria do transporte rodoviário em África, constitui um Roteiro que compreende as principais actividades ou acções identificadas para atingir estes objectivos, os elementos de controlo, os organismos principais, bem como as instituições susceptíveis de intervir na realização destas actividades.

Deste modo, a estimativa financeira deste Plano de Acção não pode ser verdadeiramente efectuada. Contudo, no quadro da implementação de cada actividade prevista, esta avaliação será previamente efectuada.

A Comissão da União Africana permanecerá o órgão central de coordenação e acompanhamento, ao nível continental, para facilitar a implementação deste Plano de Acção.

No que respeita a implementação deste Plano de Acção, a Comissão da União Africana criará comités ad hoc compostos prioritamente de peritos das Comunidades Económicas Regionais e de outras Instituições Especializadas.

Nº	Objectivos	Actividades e Acções	Fontes de Verificação	Estrutura Principal	Estruturas Envolvidas	Período
1.	Desenvolvimento de Infra-estruturas rodoviárias					
1.1	Estabelecer um Plano Director para o Desenvolvimento de Infra-estruturas Rodoviárias	Estudo do plano director continental das estradas	Relatórios	UA	CERs, Estados	2008
1.2	Melhorar a conexão da rede rodoviária africana	Promover projectos e programas de construção, reabilitação e manutenção de ligações rodoviárias inter-Estados	Relatórios	UA	CERs, Estados	2008-2010
2.	Normas e Padrões das Infra-estruturas rodoviárias					
2.1	Dispôr de normas e padrões continentais africanos em infra-estruturas rodoviárias	Estudo da harmonização das políticas e padrões das infra-estruturas rodoviárias em África	Relatórios	UA	CERs, Estados	2008-2010
3.	Harmonização da Facilitação do Transporte Rodoviário					
3.1	Facilitar o trânsito e o transporte inter-Estados	Estudo de harmonização da facilitação dos procedimentos de trânsito e de transporte inter-Estados em África	Relatórios	UA	CERs, Estados	2008-2010

Nº	Objectivos	Actividades e Acções	Fontes de Verificação	Estrutura Principal	Estruturas Envolvidas	Período
3.2		Estudo para a facilitação e harmonização do controlo aduaneiro	Relatórios	UA	CERs, Estados	2008-2009
3.3	Garantir a profissionalização dos operadores rodoviários africanos	Estudo de harmonização das condições de trabalho dos transportadores rodoviários	Relatórios	CERs	UA, Estados	2009-2010
3.4		Elaboração dos programas de reforço das capacidades dos profissionais do sub-sector rodoviário	Relatórios	Estados	UA, CERs	2008-2010
3.5	Avaliar a facilitação do transporte rodoviário inter-Estados	Criação de observatórios	Relatórios	CERs	UA, Estados	2008-2010
4.	Reforço da Segurança Rodoviária					
4.1	Reduzir os acidentes de viação	Criação/reforço de programas de sensibilização dos condutores e utentes	Relatórios	Estados	UA, CERs	2008-2010
4.2	Sensibilizar a juventude sobre a segurança rodoviária	Elaboração/reforço e implementação de programas escolares de educação sobre a	Publicações	Estados	UA, CERs	2008-2010

Nº	Objectivos	Actividades e Acções	Fontes de Verificação	Estrutura Principal	Estruturas Envolvidas	Período
		segurança rodoviária				
4.3	Melhorar a informação sobre o estado da segurança rodoviária	Criação de bases de dados	Publicações	Estados	UA, CERs, CEA	2008-2010
4.4	Garantir uma melhor gestão da segurança rodoviária	Criação e/ou reforço dos organismos gestores de segurança rodoviária	Decisões, Estados e Relatórios	Estados	UA, CERs, CEA	2009-2010
4.5	Lutar contra os comportamentos propensos a acidentes de viação	Reforço da aplicação das leis e regulamentos nacionais em matéria de segurança rodoviária	Relatórios	CERs	UA, CEA, Estados	2008-2010
4.6	Assegurar uma melhor coordenação da segurança rodoviária	Criação das políticas regionais de segurança rodoviária ao nível das Comunidades Económicas Regionais	Relatórios	CERs	UA, CERs, CEA	2008-2010
4.7		Ratificação e implementação das convenções e tratados internacionais sobre a segurança rodoviária	Textos ratificados	Estados	UA, CERs, CEA	2008-2010

Nº	Objectivos	Actividades e Acções	Fontes de Verificação	Estrutura Principal	Estruturas Envolvidas	Período
4.8	Desenvolver a competência africana	Criação de centros regionais de formação	Relatórios	CERs	UA, Estados	2008-2010
5.	Protecção do Ambiente					
5.1	Fazer campanhas de sensibilização sobre as questões ligadas ao ambiente do sub-sector dos transportes rodoviários	Estabelecimento de regulamentos e padrões nacionais	Publicações	UA	CERs, Estados	2008-2010
5.2	Harmonizar os critérios de avaliação sobre os impactos ambientais	Elaboração das orientações ao nível ambiental e continental do sub-sector rodoviário	Relatórios	UA	CERs, Estados	2009
5.3	Tomar medidas para a conservação da energia no quadro dos transportes rodoviários	Promoção da prática de tomada de medidas para a conservação de energia, visando garantir a disponibilização do uso das fontes de energia alternativas	Relatórios	Estados	UA, CERs	2008-2010
6.	Combate às Doenças Infecciosas					

Nº	Objectivos	Actividades e Acções	Fontes de Verificação	Estrutura Principal	Estruturas Envolvidas	Período
6.1	Lutar contra as DTS, VIH/SIDA e outras doenças infecciosas	Disseminação de boas práticas de luta contra o VIH/SIDA e as DTS	Relatórios	CERs	UA, Estados	2008-2010
6.2		Sensibilização dos utentes através da informação e educação para uma mudança de comportamentos	Programas disponíveis	Estados	UA, CERs	2008-2010
7.	Reforço de Capacidades					
7.1	Desenvolver as capacidades africanas de formação no domínio rodoviário	Estudo das capacidades africanas de formação em termos de adequação com as necessidades do sub-sector rodoviário	Relatórios	UA	CERs, Estados	2009
7.2		Harmonização dos programas de formação no domínio de profissões ligadas ao sector rodoviário	Relatórios	UA	CERs, Estados	2009
7.3		Reforço da formação contínua das profissões do sub-sector rodoviário	Relatórios	Estados	UA, CERs	Permanente
7.4		Reforçar as capacidades e promover a integração da mulher no sub-sector	Encorajamento e promoção do acesso da mulher à formação no sub-sector	Relatórios	Estados	UA, CERs

Nº	Objectivos	Actividades e Acções	Fontes de Verificação	Estrutura Principal	Estruturas Envolvidas	Período
	rodoviário	rodoviário				
7.5	Melhorar o sistema de gestão do transporte rodoviário	Criação de um sistema de base de dados do transportador rodoviário	Relatórios	Estados	UA, CERs	2008-2010
8.	Cooperação Intra-africana e Internacional					
8.1	Reforçar a comunicação e a informação entre as administrações dos transportes	Criação de uma rede de informação entre as administrações rodoviárias e os outros modos de transporte	Relatórios	CERs	UA, Estados	2008-2010
8.2	Desenvolver as capacidades de gestão e de planificação do sub-sector rodoviário	Promoção e reforço de parcerias com as instituições internacionais de formação de profissionais ligadas ao sector rodoviário	Relatórios	UA	CERs, CEA, Estados	2008-2010
8.3	Facilitar e garantir o transporte de trânsito dos países sem litoral	Implementação dos acordos de facilitação (Plano de Acção de Almaty, acordos regionais...)	Relatórios	Estados	UA, CERs, CEA	2008-2010

Nº	Objectivos	Actividades e Acções	Fontes de Verificação	Estrutura Principal	Estruturas Envolvidas	Período
8.4		Desenvolvimento/melhoria dos corredores de desenvolvimento e de plataformas logísticas (portos secos)	Relatórios	CERs	UA, CEA, Estados	2008-2010
8.5	Desenvolver as capacidades de formação e gestão da segurança rodoviária	Consolidação das parcerias com os organismos internacionais de formação da segurança rodoviária	Relatórios	Estados	UA, CERs	2008-2009
9.	Financiamento das Infra-estruturas Rodoviárias					
9.1	Melhorar a mobilização dos recursos financeiros a favor do sub-sector rodoviário	Difusão das informações sobre as diferentes iniciativas de financiamento criadas para as infra-estruturas	Publicações	UA	CERs, Bad, ICA, Estados	
9.2	Satisfazer as necessidades de manutenção de estradas através de recursos financeiros sustentáveis	Consideração de fundos de estradas de 2ª geração	Relatórios e legislação	Estados	UA, CERs	2008-2009
9.3	Aumentar a eficácia da gestão rodoviária	Estabelecer estruturas autónomas de gestão rodoviária	Relatórios e legislação	Estados	UA, CERs	2008-2009

Nº	Objectivos	Actividades e Acções	Fontes de Verificação	Estrutura Principal	Estruturas Envolvidas	Período
10.	Coordenação ao nível continental do sub-sector rodoviário					
10.1	Assegurar uma melhor coordenação da acção ao nível continental no sub-sector rodoviário	Melhoria dos meios de acção da Comissão da União Africana na coordenação do sub-sector rodoviário (transporte e infra-estruturas)	Decisão da UA	UA	CERs, Estados	Permanente
10.2		Estudo da harmonização de políticas e de regulamentações do sector rodoviário e estratégias para o reforço do sub-sector rodoviário em África	Relatórios	UA	CERs, Estados	2008
10.3		Criação de um quadro institucional de concertação no sub-sector rodoviário	Relatórios	UA	CERs, Estados	2008-2009-

AFRICAN UNION UNION AFRICAINE

African Union Common Repository

<http://archives.au.int>

Organs

Council of Ministers & Executive Council Collection

2008

Relatório Da Primeira conferência da União Africana dos Ministros responsáveis pelos transportes rodoviários

União africano

União Africano

<http://archives.au.int/handle/123456789/3900>

Downloaded from African Union Common Repository